Fontes históricas sobre o norte de Moçambique existentes no AHM

Alberto Calbe Jaime[1]

Os arquivos como conhecemos hoje se configuram a partir da Revolução Francesa, quando se instala um novo regime liberal em França, e nesse quadro segundo (Nharreluga, 2014: 29), "os arquivos históricos passam a servir para a memória do Estado – Nação".

Nessa nova ordem estabelecida nos arquivos, estes passam entre várias funções segundo (Araújo, 2014: 27), a

> "… promover e recuperar a memória colectiva, a partir da ideia de que é preciso construir o futuro sobre as sólidas bases de um conhecimento amplo e crítico do passado … fortalecimento das identidades (locais ou nacionais), relacionado com a necessidade dos indivíduos de conhecerem suas origens pessoais ou da sociedade a que pertencem".

Entendemos nós, que o Estado português ao criar o Arquivo Histórico de Moçambique (AHM) em 1934, visava preservar a memória dos moçambicanos dentro do grande contexto do império português do além-mar, sendo que, após a independência de Moçambique esta instituição arquivística manteve esse propósito, mais já com um novo objectivo, o de promover a memória de um povo moçambicano livre. É tendo em conta estes aspectos que procuramos trazer neste

[1] Arquivo Histórico de Moçambique.

trabalho uma abordagem em torno das fontes que o AHM preserva e que possam ajudar na compreensão histórico-cultural dos moçambicanos.

2. Estrutura e acervo do AHM

O AHM ainda é a única instituição arquivística existente em Moçambique, o que leva a que infelizmente seja a única instituição vocacionada para a preservação e acesso de documentos sobre a história do país. Pela configuração que devem ter as instituições arquivísticas, seria ideal que elas fossem institucionalizadas de princípio em conformidade com a estrutura político administrativo do Estado moçambicano, formando uma rede constituída pelos arquivos nacional, provinciais, distritais e municipais. Esta realidade acaba levando a centralização de todo acervo textual histórico do país no AHM.

Assim, o AHM tem uma Biblioteca com cerca de 50 000 registos de periódicos e monografias, e um sector das fontes orais com cerca de 7000 horas de entrevistas. A biblioteca fundamentalmente possui obras de história, sendo que a sua organização é feita de acordo com as seguintes regiões geográficas:

- África;
- Moçambique;
- Portugal; e
- Universal.

Por outro lado, no âmbito do depósito legal, o AHM também possui diversas colecções de periódicos, sendo de destacar:

- Brado Africano (jornal progressista que surgiu na década 20 do século XX);

- Revista tempo (surgiu na década de 70 do século XX e só encerrou por volta da década de 90 do mesmo século), é sem dúvidas, uma das principais fontes para compreender o Moçambique dos primeiros anos do pós independência; e

- Jornal Notícias (jornal de maior circulação no país, existe desde a década 20 do século XX e continua até hoje).

Porque os africanos de forma geral têm um défice em relação a preservação e uso de fontes escritas para testemunhar as suas realizações, o AHM criou em 1979 um sector para a recolha de testemunhos orais em todo o país. No nosso entender, esse sector acaba indo ao encontro do que (Hountondji, 2008: 153) defende "sociedades africanas devem elas próprias apropriar‑se activa, lúcida e responsavelmente do conhecimento sobre elas capitalizado durante séculos".

Como resultado das acções deste sector do AHM, foi possível recolher e tornar acessíveis diversos relatos em cidadãos anónimos pelo país, sendo de destacar como principais temas abordados os seguintes:

- Tradições orais das etnias, dinastias, linhagens (aqui encontramos algumas entrevistas sobre o norte de Moçambique);
- Histórias de vida (encontramos depoimentos de cidadãos anónimos de vários pontos do país);
- Guerra colonial e a guerra entre o governo e a Renamo (guerra civil);
- Trabalho Migratório; e
- Trabalho forçado.

2.1 Edifício no campus da UEM

É onde encontramos os arquivos textuais (fontes primárias) com cerca de 26.000 metros lineares de documentos que já podem ser de acesso público pelos pesquisadores e público em geral. Esse número não constitui o universo dos documentos que encontravam-se preservados no AHM, porque a disponibilização ao público de documentos com valor histórico exige um trabalho aturado e complexo dos arquivistas tendo em conta a complexidade da instituição produtora dos documentos e dos preceitos arquivísticos, de tal ponto que (Duchein, 1992: 1), sustente que

"…inúmeras dificuldades sobre as quais gerações de arquivistas se debruçam sem que soluções nítidas fossem, no entanto, universalmente impostas".

Entretanto, em relação aos documentos já disponíveis para o público, os mas antigos datam de 1839, e os mas recentes de 2000. É preciso dizer que em relação ao período antes da independência existem os seguintes documentos:

- Do século XIX, encontramos no AHM documentos de todas regiões geográficas de Moçambique, sendo que deste projecto podemos ter como foco os documentos dos seguintes fundos: Governo Geral de Moçambique; Governo do Distrito de Angoche; Governo do Distrito de Cabo Delgado; e Governo do Distrito de Moçambique,
- Do século XX encontramos entre vários documentos os das companhias majestáticas criadas pelo Estado português em Moçambique, dos concelhos e circunscrições administrativas, entre outros.

Assim sendo, em relação aos documentos do século XX disponíveis no AHM, podem ser relevantes para o estudo da cultura suaíli os documentos produzidos pelas administrações coloniais dos Concelhos Administrativos de Porto Amélia, Montepuez, Ibo, Fernão Veloso e Memba.

Portanto, apesar das dificuldades de natureza económica que caracterizam as instituições arquivísticas em quase vários países do chamado "terceiro mundo" e da falta de recursos humanos qualificados particularmente em muitos países africanos, existe um grande esforço por parte do AHM em recolher, preservar e tornar acessível o maior número possível de fontes que relatem a história de Moçambique duma forma geral ou específico, sendo no entanto, que por razões históricas as fontes sobre o norte de Moçambique são ainda escassas.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação: o diálogo possível**. Brasília: Briquet de Lemos, 2014.

DUCHEIN, Michel. O respeito aos fundos em Arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. **Arquivo**, 1992.

HOUNTONDJI, Paulin J. Conhecimento de África, conhecimento de africanos: duas perspectivas sobre os Estudos Africanos. P. 158. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n°80, 2008, p. 149-160.

NHARRELUGA, Rafael Simone. Instituições arquivísticas: o locus da formação da memória e da identidade nacional. p. 12-92. In: **O Estado e a construção da ordem arquivística em Moçambique**. Rio de Janeiro: UFF, 2014.